



# Anais da Assembléia

Nº 159

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE OUTUBRO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albano Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1996  
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1275**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei

nº 474/96, relativo à Mensagem nº 91/96, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO Nº 1276**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 473/96, relativo à Mensagem nº 90/96, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO Nº 1289-A**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de Regime de Urgência, ao Decreto Legislativo nº 009/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre o ensino profissionalizante no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**REQUERIMENTO Nº 1280**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1277**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1282**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, seja inserido nos Anais

Curitiba, quarta, em 30.10.96.

desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Natal Pessuti, na Cidade de Jardim Alegre, neste Estado, na última segunda-feira, dia 28 de outubro de 1996.

O Senhor Natal Pessuti, pai do Deputado Orlando Pessuti, foi pioneiro do Município de Jardim Alegre, um dos fundadores do antigo MDB municipal, foi vice-Prefeito do município, vereador e exercia grande liderança política na região.

Justifica-se, desta forma, a inserção do presente nos Anais desta Casa.

Informe-se a família enlutada, na pessoa do Deputado Estadual Orlando Pessuti.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(aa) JOCELITO CANTO, ALGACI TÚLIO, CAÍTO QUINTANA, AUGUSTINHO ZUCCHI, NELSON GARCIA, ANIBAL KHURY, EDGAR BUENO, CEZAR SILVESTRI, LUIZ CARLOS MARTINS, EDUARDO TREVISAN, BASÍLIO ZANUSSI, RENY BORSATTO, PÉRICLES MELLO, ALBANOR GOMES, NEIVO BERALDIN, EDSON SILVA LINO, TOTI COLAÇO, LUIZ CARLOS ZUK, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, ANTONIO ANNIBELLI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, WALMOR TRENTINI, JOSÉ MARIA FERREIRA, MARQUINHOS ALVES, EDNO GUIMARÃES, CÉSAR SELEME, MILTINHO PUPPIO, SÉRGIO SPADA, CARLOS SIMÕES, JOÃO TECHY, HIDEKAZU TAKAYAMA, VALDIR ROSSONI, JOSÉ TAVARES, EMERSON NERONE, RICARDO CHAB E PLAUTO MIRO GUIMARÃES.

#### REQUERIMENTO Nº 1283

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve este requerimento, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, REQUER, seja enviado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Natal Pessuti, ocorrido no dia 27 próximo passado, na Cidade de Jardim Alegre, neste Estado.

Requer ainda, seja dado ciência à família do falecido, da decisão ora requerida, no endereço adiante mencionado: rua Getúlio Vargas, nº 168, Jardim Alegre, Estado do Paraná - CEP 86860-000, na pessoa da Senhora Helena Vitorino Pessuti.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1272

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, pelo transcurso, no último dia 26, do 42º ano de sua criação.

A COPEL, criada a 26 de outubro de 1964, com o fim de dotar o Paraná da infraestrutura de energia elétrica necessária ao seu desenvolvimento, desempenhou papel dos mais importantes no processo de desenvolvimento do Estado, tornando-se hoje a maior empresa do Estado e a maior estatal do Sul do País.

Pela grande contribuição ao desenvolvimento do Paraná, pelo seu potencial técnico e humano empenhado na geração de novas fontes de recursos, merece a COPEL o louvor e os aplausos desta Casa de Leis.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado ciência à Presidência da COPEL, ao órgão representativo dos funcionários da mesma e ao Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 1273

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações com a Colônia Witmarsum, pelo transcurso dos 45 anos de sua criação, no Município de Palmeira.

Formada por menonitas que se fixaram na Fazenda Cancela, a Colônia Witmarsum, pelo sucesso alcançado com as atividades agrícolas, é hoje praticamente uma pequena cidade com mais de dois mil moradores e toda infraestrutura necessária e sua contribuição ao desenvolvimento da região e do Paraná tem sido consideráveis, merecendo o reconhecimento desta Casa de Leis.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à diretoria da Colônia Witmarsum - Sociedade Anônima, Comercial e Industrial Witmarsum, ao Senhor Prefeito Municipal de Palmeira e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da mesma.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 1278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação Comercial do Paraná, alusivos à posse solene do Conselho Político da Associação Comercial do Paraná, ocorrida no dia 29 próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, Senhor Ardisson Naim Akel, e ao Coordenador Político, Senhor Jonel Chede, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, nº 621, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Rede Paranaense de Televisão, alusivos à comemoração dos 37 anos de fundação, na data de hoje.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da TV Paranaense, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Batel, nº 1323, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Polícia Rodoviária Estadual, pela comemoração de seus 32 anos de atividade.

O batalhão da Polícia Rodoviária Estadual, além do aniversário, pode comemorar o resultado do seu trabalho, que tem contribuído para a contenção das tragédias nas estradas do nosso Estado.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Comandante Geral da Polícia Rodoviária Estadual, Flávio de Modesti, bem como ao Comandante da Região de Ponta Grossa, Gebron M. Lopes, e aos demais policiais.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1274

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de moção ao Exmo. Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, manifestando apoio à indicação do nome do Dr. Félix Fischer, para alçar ao cargo de Ministro do STJ, na vaga privativa do Ministério Público.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Procurador da Justiça, o Dr. Félix Fischer é atualmente Chefe da Coordenadoria de Recursos do Ministério Público do Paraná e Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito de Curitiba.

Por sua dedicada e respeitável carreira no mundo jurídico, é o único nome paranaense a postular a vaga privativa do Ministério Público Brasileiro, o chamado terço constitucional, para preenchimento do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Dentre 122 candidatos àquela vaga em todo o Brasil, o Dr. Félix Fischer foi escolhido pelos Ministros daquela Corte e compõe, em primeiro lugar, a lista tríplice a ser encaminhada ao Exmo. Sr. Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça, para referendo e posterior nomeação.

Apoiado de forma uníssona pelos Chefes do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo, pelo Ministério Público, Associação dos Magistrados e OAB/PR, além da bancada federal desta Estado, o indicado reúne as melhores condições para integrar aquela elevada corte de justiça do nosso país.

#### REQUERIMENTO Nº 1266

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder a colocação de lâmpada em um poste localizado na esquina das ruas Paraná com Bahia, nos fundos da Escola Municipal J. Kennedy, na Vila Guaraci. O pedido está sendo feito pelos moradores, tendo em vista que à noite o local fica muito escuro e perigoso.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1267

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encami-

Curitiba, quarta, em 30.10.96

nhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de analisar o pedido dos moradores do Conjunto Caiuá, localizado no bairro CIC, os quais solicitam a implantação da 5ª série do 1º grau, no período da manhã, no Colégio Estadual Professor Hildegard Sandahl. Afirmam-nos que já funciona a 5ª série no período da tarde, porém com a implantação no período da manhã, muitos benefícios trará para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1268

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de providenciar a passagem da máquina na Rua 23 - Vila Zumbi e também a colocação de saibro, principalmente nas proximidades do nº 23. A rua encontra-se intransitável, cheia de buracos e necessita urgentemente de reparos.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1269

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de providenciar a passagem da máquina na Rua Rio Tibagi, esquina com a Rua Rio Purus, no Jardim Iraí, tendo em vista as mesmas encontrarem-se cheias de buracos e intransitáveis. O pedido está sendo feito pelos moradores, a fim de solucionar esse problema que vem prejudicando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Tenente Coronel Gilberto Foltran, Digníssimo Chefe da Defesa Civil, para imediato atendimento a situação de emergência que se encontra o Município de Icaíraima, após fortes chuvas, que danificaram completamente as estradas, pontes e plantações daquele município.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, considerando que a Campanha "Cidadão Nota 10" está implantada no Estado do Paraná há mais de um ano, com ampla divulgação pela imprensa, considerando que, evidentemente, existe um elevado custo com a implantação, manutenção e divulgação dessa campanha; e, considerando que o Governador do Estado, quando do lançamento da mesma, convocou pessoalmente os funcionários públicos e a população para integrar a dita campanha, afirmando que o aumento da arrecadação reverteria em aumento de salário do funcionalismo estadual, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Miguel Salomão, DD. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando que o mesmo preste informações a respeito da mencionada campanha, fornecendo respostas às seguintes indagações:

1) Qual o custo real da implantação da Campanha "Cidadão Nota 10", incluindo e divulgação através da imprensa e os valores dispendidos com a entrega dos prêmios?

2) Qual o resultado efetivo da Campanha "Cidadão Nota 10", em termos de aumento de arrecadação?

3) Comparativamente ao ano anterior à implantação da Campanha "Cidadão Nota 10", mês a mês, qual o percentual de aumento na arrecadação?

4) Se é possível detectar uma pressão específica junto a cerealistas, frigoríficos, revendas de veículos automotores e outros, em razão da Campanha "Cidadão Nota 10". Em caso afirmativo, qual o aumento de arrecadação nesses segmentos?

5) Qual o percentual de aumento a que tem direito o funcionalismo público estadual e qual a data prevista para o repasse?

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado, há mais de um ano, lançou a Campanha "Cidadão Nota 10", convocando a população e, de modo específico, os funcionários públicos, a se integrarem à mesma, declarando que o aumento da arrecadação redundaria em aumento de salários ao funcionalismo, em repasses trimestrais.

Todavia, transcorridos já mais de cinco trimestres, o funcionalismo público não viu realizarem-se suas esperanças de melhoria salarial,

apesar de haver se engajado na campanha de aumento da arrecadação.

Por outro lado, a campanha continua a ser divulgada, mas seus resultados práticos são mantidos em sigilo, sem que o funcionalismo e a população em geral possa ficar sabendo se são ou não positivos.

É imprescindível que esta Casa de Leis seja informada sobre os resultados financeiros da Campanha "Cidadão Nota 10", a fim de poder avaliar se as despesas com a campanha não estão sendo maiores do que a receita que se propõe a arrecadar. Outrossim, caso a campanha esteja realmente atingindo seus objetivos, é igualmente dever desta Casa fiscalizar o aumento de arrecadação e reivindicar o repasse devido ao funcionalismo público estadual, que, com seu salário congelado há mais de ano, encontra-se em situação extremamente difícil.

#### REQUERIMENTO Nº 1284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro dos Transportes Alcides José Saldanha, e ao DNER/PR, solicitando providência diante do artifício usado por empresas de ônibus interestaduais, que estão substituindo linhas de carros convencionais por carros executivos majorando os preços sem deixar outra opção aos usuários.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

Confirmamos que algumas empresas possuem várias linhas convencionais que foram substituídas por carros "Executivos", majorando o preço, eliminando a linha convencional, sendo que o carro "Executivo" mantém basicamente as mesmas características do carro comum.

Há um caso de uma empresa que faz a linha Curitiba / São Paulo, ter 12 (doze) linhas diárias de Executivo e apenas um horário do carro Convencional.

O consumidor fica sem opção, isto é um crime contra a economia popular, e uma maneira pouco simpática para majorar os preços das passagens.

Por isso, solicito a aprovação deste requerimento por parte dos Deputados desta colenda Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO Nº 1288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao

Senhor Secretário de Estado dos Transportes o seguinte pedido:

1) Qual o montante de recursos financeiros investidos até hoje na FERROESTE?

2) Em que serão aplicados os R\$ 40.000.000,00 previstos na proposta de Orçamento do Estado para 1997, considerando que o leilão de privatização está previsto para o dia 2 de dezembro?

3) Quais os estudos e justificativas para a privatização da operacionalização da FERROESTE?

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) PÉRICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná está investindo há anos na construção da FERROESTE. Inclusive consta na proposta do Orçamento do Estado para 1997 recursos para a mesma.

Nesta data os jornais estão anunciando a publicação de edital de privatização da operacionalização da FERROESTE. É necessário que esta Casa tenha mais informações sobre o assunto para poder se posicionar sobre o mesmo.

#### Projeto de Lei Complementar:

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 479/96 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre eleição para os cargos de Governador e vice-Governador do Estado do Paraná, motivada por vacância nos dois últimos anos do período governamental, nos termos do art. 85, § 3º da Constituição Estadual.

Art. 2º - O Governador e o vice-Governador serão eleitos pelo sufrágio dos membros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mediante votação nominal em sessão pública presidida pela Mesa Executiva.

Art. 3º - Será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos.

Parágrafo Único - Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, far-se-á novo escrutínio logo após a proclamação do resultado, somente concorrendo os dois candidatos mais votados e sendo a votação por maioria simples.

Art. 4º - O registro dos candidatos a Governador e vice-Governador será feito pelos Diretórios Regionais dos Partidos conjuntamente.

te à Mesa da Assembléia Legislativa paranaense até 10 (dez) dias antes da data da eleição.

Art. 5º - Para concorrerem à eleição, os candidatos serão submetidos às condições de elegibilidade prevista no § 3º do art. 14 da Constituição Federal e inelegibilidades previstas nos parágrafos seguintes do mesmo dispositivo constitucional, bem como sobre as condições previstas na Lei Complementar de inelegibilidades.

§ 1º - A Mesa, recebido o registro de candidatura, declarará impugnada a que não observe os requisitos de elegibilidade e/ou incidir em inelegibilidade.

§ 2º - A Mesa Executiva da ALEP também declarará impugnada a candidatura no caso da não observância dos prazos de registro previstos no art. 4º desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa regulamentar dispositivo constitucional e preencher lacuna legislativa estadual.

A eleição governamental prevista no art. 85, § 3º, do texto constitucional, é regulada por esta iniciativa, de modo vinculativo a dispositivos constitucionais sobre a matéria; que devem ser obrigatoriamente observados em qualquer pleito. A exemplo da filiação partidária, da idade mínima para a disputa e dos critérios de elegibilidade e inelegibilidade.

Na questão da inelegibilidade impede não só a observância da Carta Federal como também da Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990, que enquadra a situação dos inelegíveis.

Destarte, a proposição é sucinta, em extensão, e objetiva, em finalidade; posto que visa não repetir dispositivos da Lei Maior, tampouco de legislação federal específica, complementar a presente matéria, mas apenas regulamentar, por lei, a eleição para Chefia do Executivo Estadual, ante a lacuna legislativa.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 480/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Guarda Mirim - Escola de Iniciação

Profissional para Adolescentes - EIPA, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

A Guarda Mirim - Escola de Iniciação Profissional para Adolescentes - EIPA, tem como principal objetivo atender adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos, de ambos os sexos, comprovadamente desprovidos de recursos.

Terá também como atribuição, o desenvolvimento de programas abrangendo: educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização, civismo e religião.

Essa escola dará prioridade à conscientização da comunidade duovizinhense para a questão social do adolescente, através de sua efetiva participação na análise das causas do mesmo, e na busca de meios que lhe possibilitem o direito a uma cidadania digna.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que nos traz nesta tarde à tribuna desta Casa de Leis, é fazer uma reivindicação em nome, principalmente do povo mais simples e dos bairros da nossa cidade de Ponta Grossa.

Estou entrando nesta tarde com um requerimento solicitando quais são os motivos constantes pela falta de água na Cidade de Ponta Grossa. Estamos encontrando dificuldades a ponto dos principais bairros da cidade, da região de Uvaranas estarem sem água. Lá em Ponta Grossa é assim: um dia falta água, o outro também.

Então, queremos saber da SANEPAR, através do Senhor Presidente da SANEPAR, que nos informe quais são os motivos que constantemente, todos os dias falta água na região de Uvaranas.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Deputado Jocelito, tenho acompanhado a questão do abastecimento de água em Ponta Grossa, e esse problema não existe, o problema existe é da rede distribuidora de água dentro do município. É problema de tubulações.

Dentro de um levantamento feito pela SANEPAR, está sendo feita uma licitação, aon-

de já tem uma empresa vencedora, onde uma série de obras vão ser executadas dentro do município de Ponta Grossa, dentre elas o abastecimento de água do 31 de Março, do Núcleo Rio Verde que têm deficiências, o Pitangui e também o Jardim Paraíso.

Gostaria de comunicar que vai ser assinada a ordem de serviço dentro de dias. Acredito que até mesmo essa semana seja assinada. Já tem as empresas que ganharam essa licitação, e tenho certeza que em breve este problema sério existente na nossa Cidade de Ponta Grossa será resolvido, com a implantação da rede de esgoto, a implantação de abastecimento de água, enfim, as principais deficiências que Ponta Grossa tem nessa área, será resolvido em breve, a partir da hora que as obras começarem em Ponta Grossa. A licitação já foi feita, a empresa já ganhou, está faltando somente a ordem de serviço, que acredito que aconteça ainda esta semana.

O SR. JOCELITO CANTO - Obrigado, Deputado Plauto.

O que esperamos, o que a cidade espera, é realmente que ocorra esse fato, pois já há mais de um ano estamos brigando por isso, e temos visto constantemente a SANEPAR informar que o problema está sendo resolvido, vai ser resolvido, e a população fica sem água.

Para o senhor ter uma idéia, o senhor sabe que moro lá no Bairro Rio Verde, e no dia de ontem faltou água a ponto de não termos água em casa. Quer dizer, isso é profundamente triste e lamentável. A SANEPAR arrecada muito bem em Ponta Grossa, mas ainda nos faltam melhorias, com a implementação desta nova rede, que desta forma vai acabar com o problema da falta de água no Município de Ponta Grossa, principalmente na Região de Uvaranas, aonde é constante a falta de água.

O que esperamos, é que a SANEPAR realmente coloque esse novo encanamento, essa nova situação, realmente assine essa ordem para começar o serviço, porque a nossa população já não aguenta mais, o povo da região de Uvaranas e de outras partes da cidade, que estão sem condições de ter água potável na sua casa, não tem água para o seu serviço, para os seus afazeres, e quando voltam, o marido volta para casa, a esposa volta do trabalho, têm a dificuldade da falta de água.

Esperamos que a SANEPAR, agora, deixe de enrolar e faça o que a comunidade de Ponta Grossa quer, ou seja, quer água em casa, está pagando, há uma necessidade e água não pode faltar nas casas, principalmente nos bairros de Ponta Grossa.

É o que espero, e a população também, que a SANEPAR tome providências urgentes para que se resolva o problema da falta de água, principalmente na região de Uvaranas.

Era isso que queria deixar registrado hoje. Fique esse pedido, para que a SANEPAR, que arrecada tanto, que leva tanto dinheiro de Ponta Grossa, pelo menos devolva à Ponta Grossa o que é direito, pelo menos a não falta de água, que um dia falta e o outro também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não havendo oradores no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de entrar no assunto principal da minha falação, só quero anunciar aos Senhores Deputados que estou protocolando à Mesa um projeto de lei que regulamenta o § 3º do artigo 85 da Constituição do Estado do Paraná, que trata da vacância do cargo de Governador do Estado do Paraná, aonde diz que: "no caso de vacância nos últimos dois períodos governamentais, será eleito para ocupar o cargo máximo do Executivo paranaense de Governador pela Assembleia Legislativa". E o § 3º diz o seguinte: "ocorrendo a vacância nos últimos dois anos no período governamental, a eleição para ambos os cargos, para Governador e vice, será feita trinta dias depois da última vaga pela Assembleia Legislativa na forma da Lei".

Como não existe regulamentação, estamos propondo um projeto que colocamos para análise dos nobres pares, para que façam análise e sugestões que venham enriquecer e não deixar essa vacância legal no Estado do Paraná.

O que me faz, de fato, usar o Horário da Liderança do PT, é a manifestação de contentamento que vemos o resultado sair das urnas no Estado do Paraná. O nosso partido não só cresceu em número de prefeitos, que tínhamos apenas um em Londrina, e agora temos seis. Não só cresceu em número de vereadores, tínhamos 48 vereadores e hoje temos 109; como crescemos também em número de vice-prefeituras: tínhamos apenas duas, e agora temos onze. E agora, em 48 municípios estamos coligados com três partidos. Preferencialmente, nas coligações, são: PMDB, PDT e PSDB.

Mas, sobretudo, a nossa vitória está no número de votos que os nossos candidatos receberam, os nossos candidatos a prefeitos. O nosso candidato de Ponta Grossa, o Deputado e

Curitiba, quarta, em 30.10.96

nosso colega Péricles fez uma campanha brilhante, uma campanha bonita, positiva, um modelo novo de fazer campanha política, sem deixar a postura ética e a postura filosófica do nosso partido de lado. Conseguiu beirar o pode em Ponta Grossa.

Aqui em Curitiba, outro colega Ângelo Vanhoni atingiu a marca de 11%, como foi em Maringá, como foi em tantos outros municípios do Paraná.

Tivemos um incremento de votação razoável. Soubemos conduzir várias e várias coligações, e isso também foi fator que contribuiu para a nossa votação, para o nosso número de vereadores, a votação dos nossos candidatos a prefeito e a eleição de vários prefeitos. O partido hoje está maduro. O partido cresceu bastante. O partido hoje é uma força expressiva no Estado do Paraná. E quero dizer a vocês que estamos com este amadurecimento discutindo com várias forças do Estado do Paraná a possibilidade real de disputarmos o Governo do Estado e conseguir colocar aqui, a nível estadual, a marca do nosso partido.

O crescimento do PT não está só no Paraná. Se dá em todo o Brasil, mas o Estado que tem dado demonstração vibrante desse crescimento é o Estado do Rio Grande do Sul. Conquistamos mais de 40 prefeituras, isso sobretudo, por conta da imagem da administração de Porto Alegre. Mas aqui no Estado do Paraná, com a administração do PT, temos como referência Londrina. E o Prefeito Cheida manifestou apoio ao candidato do PSDB, o Haully. Isso fez com que a curva da pesquisa passasse o candidato Belinati. Fez com que o Governo do Estado fosse à Londrina, fizesse pronunciamento na Rede Globo, em vários jornais. Isso mostra a força que temos hoje no poder de decisão no Estado do Paraná.

Então, Londrina está credenciando um nome importante para disputar o cargo de Governador do Estado que é o Cheida, o Eduardo Cheida. Uma cidade que teve a vantagem de enfrentar um novo estilo de Governo. Um Governo com consulta popular. Um Governo que pega as demandas populares e as transforma no orçamento, as transforma na administração pública viva, trazendo o povo para dentro da administração. O programa de Governo completamente cumprido. Houve uma inversão de prioridades com investimentos maciços na construção de escolas. Mais de um milhão e quinhentos mil reais em quadras de esportes nas escolas e nos bairros de mais de um milhão de reais; reurbanização de favelas no montante de mais de dois milhões de reais; na readequação de estradas rurais de mais de um milhão e quinhentos

mil reais; no esgoto com mais de cinco milhões de reais investidos em esgoto, além da contribuição atrasada junto ao sistema previdenciário municipal.

O Senhor Cheida teve a capacidade de fazer com que os servidores públicos aumentassem a produtividade do serviço público da Prefeitura. Implantou o "Médico da Família", resolvendo grande parte do problema da saúde, que é uma iniciativa premiada pela Fundação Getúlio Vargas e também pela Fundação Ford. Também teve o Programa "Viver com o Futuro", que combateu a mortalidade infantil. O programa da Coordenadoria de Defesa da Mulher, que recebeu prêmio da UNICEF. O programa de reurbanização de favelas, que foi levado para o "Habitat 2" na Turquia; o Telecurso; a TV a cabo nas escolas; os conselhos populares funcionando vivamente, decidindo onde o prefeito iria investir o dinheiro. O programa amplo de obras e modernização da máquina pública.

E isso, Senhores Deputados, mostra que o nosso partido consegue administrar em coligações como Londrina, respeitando a linha política de cada partido e, amadurecidamente decidir por onde vamos, sem perder a nossa identidade. Significa dizer que, hoje temos um nome importante para o Governo do Estado, que é o Cheida, e temos também a capacidade de mostrar para o Cheida. Nessas eleições municipais, de conversar com várias forças do Paraná, para estabelecer um programa criativo, um programa moderno. Só não leva em conta as questões politiquêiras, mas sim um programa de administração.

Vale lembrar, ainda, que a Cidade de Londrina é hoje, uma das cidades que mais atrai investimento no Estado do Paraná.

(Lê): "A cidade de Londrina aparece em 11º lugar no ranking das melhores opções de investimento no interior do Brasil, segundo pesquisa realizada pela Trevisan Consultores / Exame. Os municípios de Ponta Grossa e Maringá figuraram respectivamente em 12º e em 14º lugar. Os critérios utilizados para classificação foram: logística, infra-estrutura, qualidade de mão-de-obra, qualidade de vida e políticas de incentivo para atração de novos empreendimentos. Foram incluídos na pesquisa apenas os municípios com mais de 60 mil habitantes.

A grande massa de investimentos que o município vem recebendo resulta, em grande medida, das políticas de incentivo adotadas, como doação de terreno, devolução de 50% do ICMS gerado pela indústria para o município, isenção de IPTU e da taxa de coleta de lixo por dez anos, entre outros. A abertura de novos parques industriais e a revitalização de antigos também vêm contribuindo para ampliar as van-

tagens competitivas para a implantação de novos projetos industriais.

A Pepsi-Cola realizou o maior investimento individual (R\$ 20 milhões). Entre as novas inversões, destacam-se o Atacadão da Moda, a Indústria der Massas Selmi, a Herbitecnica Defensivos Agrícolas e a Endroid Importação e Exportação de Materiais Eletrônicos.

*Kaster, Jaime. Londrina é a 11ª melhor cidade do interior para investimentos industriais. Indústria & Comércio, Curitiba, 21 nov. 1995. Caderno de Negócios, p.11.*

*PACCOLA, Carina. Londrina sobe no ranking da Exame. Folha de Londrina, 21 nov. 1995. Caderno Folha Economia, p.2.*

*KASTER, Jaime. Londrina colhe frutos do incentivo à industrialização. Indústria & Comércio, Curitiba, 27 nov. 1995. Caderno de Negócios, p.10."*

Isso também foi possível, graças a um programa de Governo, que não só consultava as massas despossuídas: os assalariados e os trabalhadores dos bairros, como também chamou para a responsabilidade, da militância empresarial.

Em Londrina tem uma coisa nova, chamada "militância empresarial", que colocou os empresários num Conselho, junto à Companhia de Desenvolvimento de Londrina, para discutir o futuro do município. Não só os empresários vão pedir subsídios e isenção. Pedir ajuda na Prefeitura, ou dos órgãos do Governo do Estado. Mas os empresários se comparticipes dos problemas sociais, dos problemas da administração pública. Essa é a grande virtude do nosso partido, virtude principalmente do Cheida, e queremos dar demonstração, acima de tudo, dessa coerência

que temos no Estado do Paraná.

Agora, concedo o aparte ao Deputado Nereu Moura, com satisfação.

O Sr. Nereu Moura - Meu amigo Deputado

Irineu Colombo, Vossa Excelência está fazendo uma análise do desempenho do Partido dos Trabalhadores nas últimas eleições. De fato, os números traduzem a participação fantástica do PT no Paraná. A eleição aonde o PT teve uma participação expressiva Saiu com resultado positivo. Quero parabenizar o Partido dos Trabalhadores, pelos expressivos resultados que conquistou, demonstrando que com coerência e com programa, com dogmas, o partido só se fortalece. Também, evidentemente, nós que tivemos em alguns municípios a nossa área em ação política. Convivemos, fizemos aliança com o PT, e também, sabemos avaliar o grau de responsabilidade, a militância forte que o PT tem, e isso, de fato, faz a grandeza de um partido, como é o Partido dos Trabalhadores.

Vossa Excelência também está de parabéns pelos resultados conquistados, sobretudo na querida Medianeira, e no Município de Serranópolis, aonde os prefeitos eleitos pertencem ao PT.

De qualquer forma, Deputado Irineu Colombo, achamos que há necessidade de fazer uma reflexão sobre as eleições de 1998. Creio que precisamos analisar com carinho o resultado dessas eleições municipais, avaliando a importância de um conjunto de partidos. Centro-esquerda, esquerda se unirem, buscando uma vitória nas eleições de 1998. E neste aspecto, analisamos com simpatia uma aproximação do PMDB com o PT, para fazermos uma aliança para as eleições de 1998, buscando elegermos o Governo do Estado, na bancada de Deputado Federal, Senador e Deputados Estaduais.

Então, é preciso que a partir de agora nos debrucemos em cima desses números, para buscarmos uma aliança forte para fazer este Paraná ir para frente: com progresso, com justiça social, com distribuição de renda. Um Governo que atenda os legítimos anseios da nossa população.

Parabéns pelo desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 3 de outubro.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado, Deputado Nereu Moura.

Quero encerrar, dizendo que o PT tem hoje uma força política razoável no Estado do Paraná. Temos hoje nomes, temos hoje a capacidade e o amadurecimento político de estabelecer relações com as várias cores partidárias, para que possamos fazer um programa para o Estado do Paraná.

Então, o PT vem firme, aí, para as próximas eleições estaduais, com candidato próprio, buscando coligações com outros partidos de consistência. Estamos querendo dividir de fato e de chegada o poder no Estado do Paraná, sem perder, sobretudo, a nossa linha filosófica, a nossa postura de partido de esquerda. Um grande partido de esquerda do Ocidente, do planeta!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra, o Deputado Algaci Túlio, no Horário da Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, estivemos em Brasília, onde fizemos a entrega oficial, em nome da Presidência desta Casa, de uma Moção de Apoio aos Deputados Estaduais eleitos, vice-Prefeitos que estão

numa situação muito difícil, em decidir se assumem as vice-Prefeituras ou renunciam e permanecem na Assembléia. E ontem entreguei oficialmente nas mãos do Presidente do Congresso - Deputado Luiz Eduardo Magalhães, em nome do Presidente desta Casa e, imediatamente, Senhor Presidente, o Presidente do Congresso colocou na Ordem do Dia a votação desta Emenda à Constituição, que terá a discussão do seu 1º turno no dia de hoje.

E esta emenda é de muita importância, porque, afinal de contas, repara um erro cometido pelo Constituinte de 88. A proposta de Emenda Constitucional, ao alterar a redação do art. 54 da Lei Maior, visa permitir que Deputados e Senadores possam cumular a titularidade de seus mandatos parlamentares com os mandatos de vice-Prefeito, de vice-Governador e vice-Presidente da República. Acrescenta ainda, a proposição, que na hipótese de acumulação prevista, o Deputado ou Senador deverá se licenciar da função legislativa, sempre que substituir o titular do cargo executivo, podendo optar pela remuneração do mandato.

Na justificativa, o autor defende a proposta, asseverando que a medida intenta corrigir equívoco cometido pelo Constituinte de 88, que inseriu os vices na vedação de cumulação de mandatos. Entende o ilustre autor, que hoje, no Brasil, a única função do vice é substituir o titular em suas ausências e impedimentos. Neste sentido, não vemos qualquer inconveniente em permitir que se acumule o cargo de Deputado ou Senador com o de vice-Prefeito, vice-Governador ou vice-Presidente da República.

Preliminarmente, no que concerne à constitucionalidade material, o Congresso já votou, através de uma Comissão Especial, não havendo nenhum impedimento na sua tramitação.

Na verdade, a iniciativa não é inovadora, ao revés, intenta resgatar uma faculdade já consagrada na ordem constitucional anterior.

Eis que, até o advento da Constituição, promulgada em 1988, era defeso aos Parlamentares tão-somente o exercício de outro cargo eletivo, fosse federal, estadual ou municipal, de tal sorte que, como os titulares de mandato de vice não exerceram cargo algum, a norma não os atingia.

Contudo, com a redação mais extensa dada pelo Constituinte de 88, a incompatibilidade política passou a se configurar não apenas pela acumulação de cargos, como também no caso de mandato público eletivo, vindo, assim, a nova regra a incidir sobre os vices, titulares de mandato eletivo.

A instituição desse impedimento, como nos demais casos, decorre do princípio da inde-

pendência do Legislativo. Se de um lado há necessidade do estabelecimento de imunidades para o pleno exercício do mandato parlamentar, de outro, é necessário também que se impeça os parlamentares de exercerem outras funções ou de praticarem determinados atos que possam, de alguma forma, limitar a sua liberdade de ação.

O princípio, todavia, não foi rigidamente resguardado, como parece ter sido a pretensão do Constituinte, já que admitiu, nos termos do art. 56, inciso I, a investidura de Parlamentares nos cargos de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou de chefe de missão diplomática temporária, sem a perda do mandato e independentemente de licença da Casa a que pertença, prevendo apenas a substituição por convocação de suplente.

Evidenciado está, portanto, que a proposição não apresenta qualquer inconstitucionalidade material, de vez que a própria Constituição já abriga quebra do princípio que consagra.

Quanto ao mérito, parece-nos que inteira razão assiste ao autor da proposta, quando se insurge contra a inclusão dos vices na regra de vedações elencadas no art. 54.

Portanto, Senhor Presidente, leio aqui parte do relatório desta Comissão Especial, destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição de nº 198 de 1995, em que o relator foi o companheiro do Deputado Federal Luciano Pizzato.

E na nossa caminhada ontem pelo Congresso, sentimos a vontade e o interesse de reparar esse equívoco pelo Constituinte de 88.

Alguns que chegaram nesta Casa, neste último período legislativo, talvez não se recordem, mas eu era vice-Prefeito do Governador hoje, Jaime Lerner, e me licenciava da Assembléia e assumia a Prefeitura sem prejuízo do meu mandato Parlamentar. Estava amparado naquela ocasião pelas disposições transitórias, hoje não mais.

Então, por isso, atendendo o apelo do Presidente desta Casa, o Presidente do Congresso, ontem já me assegurava, e a testemunha eu tenho aqui, tenho um xerox da Ordem do Dia do Congresso, onde está inserido como item 3 da pauta, esta proposta de Emenda à Constituição. Fizemos contato agora há pouco com Brasília e a informação é de que dificilmente hoje tenhamos quórum em Brasília, porque os Deputados Federais têm prazo até amanhã, para apresentar as Emendas ao Orçamento, e por esta razão, é provável que o autor retire da Ordem do Dia, a votação da Emenda, deixando para a semana que vem.

De qualquer forma, quero desde já parabenizar o Presidente, Deputado Anibal Khury, o peso que mais uma vez ficou demonstrado ontem, lá no Congresso Nacional, quando acompanhado pelo Deputado Luciano Pizzato, levamos essa moção de apoio, e que já é solicitada também a todas as Assembléias do Brasil, porque certamente idêntica a minha situação e do Deputado Marquinhos Alves, devemos ter em vários outros Estados, situações iguais a esta.

Aqui no Paraná temos a situação do Deputado Djalma de Almeida Cesar, Deputado Federal, eleito vice-Prefeito de Ponta Grossa.

Concedo aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto - Muito obrigado, Deputado Algaci.

Só gostaria de cumprimentar pela sua ida à Brasília, e dizer que em nome do Município de Ponta Grossa, lhe agradecemos, ao Presidente desta Casa, porque como se referiu Vossa Excelência agora, estamos na mesma situação, haja vista que o nosso vice-Prefeito e Deputado Federal Djalma de Almeida César, está na mesma situação.

Em nome dos eleitores de Ponta Grossa, que votaram na dobradinha Jocelito e Djalma, agradecemos e ficamos na expectativa de que realmente essa moção seja aprovada, e realmente sem prejudicar o mandato parlamentar, os vices eleitos possam assumir com cargos o Parlamento do Estado e da Nação.

Muito obrigado, e parabéns pela sua luta em Brasília.

O SR. ALGACI TÚLIO - Era só, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que dispõe sobre as multas de mora, nas áreas de atividade de prestação de serviços públicos ou relações de consumo de competência legislativa do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

#### SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 185/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - As multas de mora por inadimplimento de obrigações no seu termo por consumidores de bens ou de serviços, aplicadas por fornecedores, não poderão ser superiores a 0,0667% (zero vírgula zero seiscentos e sessenta e sete por cento) do valor da prestação, por dia de atraso, até o limite mensal de 2% (dois por cento).

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, consumidores e fornecedores são aqueles definidos nos artigos 2º e 3º da Lei nº 8.078 de 11.09.90.

Art. 2º - Os tributos estaduais não pagos no vencimento serão acrescidos da multa de mora de 2% ao mês, sem prejuízo dos juros moratórios e demais penalidades estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997, em relação ao artigo 2º e na data de sua publicação em relação ao artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.96.

(a) RICARDO CHAB

Apoio: Jocelito Canto, Valdir Rossoni, Antonio Annibelli e Cezar Silvestri.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/96, de autoria do Deputado Albanor Gomes, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a doação de motoniveladora marca Caterpillar, modelo 120B, série 3.200/601, ano de fabricação 1986

para o Município de Contenda. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio, objetivando a pavimentação do Conjunto Residencial Fortunato Sibim. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Leopólis, objetivando a pavimentação entre Leopólis e o Distrito Primavera. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/96, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que autoriza o Poder Executivo a determinar a publicação, veiculação e afixação, em todos os jornais estaduais, fotografias de crianças desaparecidas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/96, de autoria do Deputado César Seleme, que autoriza o Poder Executivo a promover alterações no caput do art. 51 da Lei nº 8933, de 26.01.89, conforme especifica (ICMS). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que estabelece a fixação de fotos e identificação de crianças desaparecidas nos ônibus intermunicipais, cuja concessão e/ou permissão sejam do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, para

promover iluminação pública de toda extensão das rodovias que ligam os municípios que fazem fronteira com a capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a retroceder ao Município de Pato Branco a posse do imóvel que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 073/96, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região - AMATRA IX, imóvel situado no bairro do Tarumã, com área de 3.900,00 m2, na Comarca de Curitiba, conforme especifica. COM PARECERES DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 139, de 17.09.96 - Mens.).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 427/96

## PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, visa autorizar o mesmo a doar a Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região - AMATRA IX, imóvel.

Da análise do referido projeto, não há óbice que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 079/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.951.110,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e um mil, cento e dez reais), ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 14.10.96 - Mens.).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 447/96

## PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, visa aprovar crédito suplemen-

tar de R\$ 1.951.110,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 447/96

##### PARECER:

##### Relatório

O presente projeto, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 079/96, aprova crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, no valor de R\$ 1.951.110,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e um mil, cento e dez reais), visando o aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995.

##### Fundamentação

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer favorável.

##### Conclusão

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.10.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 081/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 6.352.716,00 (seis milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dezesseis reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Segurança Pública, conforme especifica. COM PARECERES DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 14.10.96 - Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 449/96

##### PARECER:

O presente projeto de lei do Poder Executivo, visa aprovar crédito suplementar de R\$ 6.352.716,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando

Curitiba, quarta, em 30.10.96

atender despesas com a aquisição de equipamentos e veículos para a Polícia Militar do Paraná.

Servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações (Anexo II).

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 449/96

##### PARECER:

##### Relatório

O presente projeto de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 081/96, aprova crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no valor de R\$ 6.352.716,00 (seis milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dezesseis reais), visando atender despesas com aquisição de equipamentos e veículos para a Polícia Militar do Paraná.

##### Fundamentação

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer favorável.

##### Conclusão

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.10.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTINHO PUPPIO - Relator

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 452/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 084/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, conforme especifica. COM PARECERES DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 14.10.96 - Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 452/96

##### PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, visa aprovar crédito suplementar de R\$ 64.000,00 ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e por visar atender despesas com manutenção da entidade e com o curso de especialização, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Servirá como recurso para cobertura da referida programação, cancelamento de dotação da própria entidade.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 452/96

#### PARECER:

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 084/96, aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, visando atender despesas com manutenção da entidade e com curso de especialização.

##### Fundamentação

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer favorável.

##### Conclusão

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.10.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - ao Projeto de Lei nº 453/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 085/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 248.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme especifica. COM PARECERES DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 14.10.96 - Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 453/96

#### PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, visa aprovar abertura de crédito suplementar de R\$ 248.000,00 ao vigente

orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e por visar atender despesas de manutenção daquela Secretaria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 453/96

#### PARECER:

##### Relatório

O presente projeto, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 085/96, aprova crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no valor de R\$ 248.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil reais), visando atender despesas de manutenção daquela Secretaria.

##### Fundamentação

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer favorável.

##### Conclusão

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.10.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 086/96, que objetiva revogar a Lei nº 5175, de 23 de agosto de 1965, a parte referente à autorização de doação da data nº 15 (quinze) da quadra 1 (um), ao Clube Operário Beneficente e Recreativo de Ibioporã e autoriza o Poder Executivo a doar à Conferência Vicentina de Ibioporã, o terreno compreendido pela data 15 (quinze), da quadra 1 (um), com 618,20 m², conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 146, de 15.10.96 - Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 456/96

#### PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, que visa revogar a Lei nº 5.175, de 23 de agosto de 1965, a parte referente de doação de imóvel ao Clube Operário Benéfico e Recreativo de Ibiporã e autoriza o Poder Executivo a doar à Conferência Vicentina de Ibiporã, terreno que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 087/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 212.665,00 (duzentos e doze mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 146, de 15.10.96 - Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 457/96

##### PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, visa aprovar crédito suplementar de R\$ 212.665,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria e por visar atender despesas com a realização dos Jogos da Juventude do Brasil, no período de 01 a 10 de novembro do corrente, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotações (Anexos II e IV desta lei).

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
DUILIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 457/96

##### PARECER:

O presente projeto de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 087/96, aprova crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, no valor de R\$ 212.665,00 (duzentos e doze mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), visando atender

despesas com a realização dos Jogos da Juventude do Brasil, no período de 1º a 10 de novembro do corrente ano, em Curitiba.

##### Fundamentação

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer favorável.

##### Conclusão

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.10.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ALBANOR GOMES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Amílcar Klury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1277, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, apenas quero fazer um registro nesta Casa, que não é apenas neste Governo, mas em todos os governos anteriores, quer dizer, fica mais uma vez exemplificado o pouco valor que tem se atribuído ao trabalho que esta Casa faz na elaboração dos orçamentos, seja orçamentos plurianuais ou mesmo orçamento anual dos governos.

No dia de hoje, estamos aprovando, e já foi aprovado um crédito suplementar de 6 milhões, através do Projeto 449/96, para a Secretaria de Segurança Pública. E nesse projeto, para fazer essa suplementação, cancela-se importantes obras no Paraná, sendo uma delas da minha Cidade de Ivaiporã, que é a implantação da unidade do Corpo de Bombeiros, que tenho certeza, é muito importante e necessário, porque a unidade de Corpo de Bombeiros mais próxima de Ivaiporã é Apucarana, que está a 120 quilômetros; Maringá, a 140 quilômetros; Campo Mourão, a 140 quilômetros; Guarapuava, a 160 quilômetros; Londrina, a 180 quilômetros, e infelizmente essa é a prática que se utiliza, sobre o argumento de que há outras necessidades e se cancela obras importantes.

Recentemente, tivemos o cancelamento da pavimentação do acostamento do acesso principal à Cidade de Ivaiporã, para que com essa mesma rubrica pudesse se reformar os elevadores do Palácio Iguaçu. Agora, vamos adquirir viaturas e equipamentos, não sabemos quantas viaturas, quais equipamentos, porque na mensagem isso não consta. Mas, fica o registro do cancelamento da rubrica, que é fruto de uma emenda apresentada por nós à esta Casa, e que

em outras ocasiões, também foi apresentada pelo ex-Deputado Paulo Maia, no sentido de que implantássemos a unidade do Corpo de Bombeiros.

É lamentável que isso não tenha ocorrido nos governos anteriores e que também não esteja ocorrendo no governo atual.

O SR. MARQUINHOS ALVES (Pela Ordem) -

Gostaria de registrar a presença do Prefeito eleito de Paissandu, Jonas Lima, ao lado do Prefeito atual Piovan e também do Mangolim.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 1262, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 14 Senhores Deputados aprovam o requerimento.

20 Senhores Deputados rejeitam.  
Rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 1263, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governador do Paraná vai à televisão e ilegalmente faz propaganda sobre a vinda da Indústria Chrysler, no Paraná. Quer se atribuir os méritos desta vinda.

Ora, a sociedade paranaense toda se pergunta qual o preço que ela tem que pagar hoje pela instalação da Indústria Renault e da Indústria Chrysler. Esta Casa aqui, que é onde presumimos todos tem a representação da sociedade paranaense, não tem conhecimento das condições da vinda dessas empresas, das montadoras para o Paraná, não tem acesso ao Protocolo de Intenções que o Governo firmou. Ou seja, nós todos, Deputado Cezar Silvestri, não temos a mínima noção, salvo o que vai pelos jornais, e aí, claro, tem a desfaçatez do chefe de gabinete do Governador, que diz que é segredo de Estado o acordo que o Governo do Paraná fez com dinheiro público, com dilação de prazo

do recolhimento do ICMS, com aporte de capital, com doação de terreno, com subsídio de tarifa de energia elétrica, enquanto que as empresas paranaenses estão passando pelas maiores dificuldades.

Ora, esta Casa aqui tem que tomar conhecimento, sim, em toda a sua plenitude, do que está acontecendo em relação à vinda das montadoras, que é saudada em verso e prosa por todo mundo.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dignidade, seriedade do Governo é dar transparência nos atos públicos que tem que se tornar de conhecimento de toda a sociedade paranaense e especialmente deste colégio aqui, que é um colégio especialmente preparado para analisar as ações do Governo.

Queria o apoio de todos os Deputados, e que votem a favor deste requerimento, que é um requerimento pela transparência, para que todos tenhamos conhecimento do que acontece intramuros do Governo.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) -

Acho até a atitude do Romanelli interessante, mas só gostaria de esclarecer ao Deputado Romanelli e a esta Casa, que esta Casa aprovou quando foi anunciada a vinda da Renault. Lembro-me bem que apresentei um requerimento à Mesa, a formação de uma Comissão de Deputados para acompanhar a negociação da vinda da Renault. Então, o requerimento do Deputado Romanelli não se justifica, porque já está aprovado, basta formar a Comissão para se acompanhar. Isto já foi aprovado, inclusive com cinco Deputados que serão nomeados pela Presidência da Casa. Lembro-me bem que apresentei este requerimento quando da vinda da Renault para o Paraná.

Então, acho que formada esta Comissão de Deputados, que será presidida pelo autor do pedido, da solicitação, que no caso é o meu caso, o Deputado Ricardo Chab, esse requerimento do Senhor Deputado Romanelli não se justifica, porque já tem uma comissão de Deputados instalada. Basta de formar a comissão, que os partidos nomeiem os seus representantes e teremos a comissão. Isto já foi apresentado quando da vinda da Renault.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar)

Não posso entender, Deputado Ricardo Chab, que esta Assembléia entenda desnecessário o requerimento que pede informações ao Executivo. Esta é a nossa função precípua, nos informar, fiscalizar o Governo. É um absurdo que o povo do Paraná não saiba absolutamente

nada sobre a negociação feita com as empresas internacionais que vêm ao nosso Estado, que esteja uma matéria tramitando no Senado Federal e que os Senadores paranaenses pedem informações ao Governo para votar outras matérias de extrema importância como o "Paraná Doze Meses", inclusive o PROEM e vimos aqui fazer de conta que somos Deputados, impedir um documento tão simples de ser votado.

Qual o problema de um Governo que se diz sério e que alardeia seus investimentos, responder à esta Casa de Leis, o que ele deu para uma empresa se instalar aqui? Acho absurdo, até ridículo 54 Deputados Estaduais eleitos pelo povo vir aqui nesta Casa e impedir que um simples pedido de informação seja votado favorável. Não entendo isto.

Vereador, em qualquer cidade, do menor município do Paraná, os Vereadores têm o respeito de permitir que requerimento de um Vereador seja respeitado pelo Executivo e seja respondido, senão não tem mais motivo de estarmos aqui.

A sensação de insatisfação que todos sentimos nesta Casa é enorme. Nunca pensei que me elegeeria Deputado para ver pedido meu de informação rejeitado por bancada governista. Não vou aceitar, de forma alguma, isto.

Fiz, há alguns dias, como Presidente da Comissão de Educação, um pedido à Secretaria de Educação, e não veio resposta até hoje. Resposta concreta sobre a questão do PROEM. Não podemos aceitar que tenha que vir de formas que ninguém sabe, como informações do Governo, como é o caso de Faxinal do Céu. O Deputado Rosinha fez um pedido, não veio até hoje, e depois se conseguiu, de uma forma que ninguém sabe como, algumas informações. Não é possível! Nossa função aqui é legislar e pedir informações ao Governador, e ele tem a obrigação ética e moral de responder ao povo do Paraná os benefícios e incentivos que deu às empresas para virem para cá.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, aceitando, embora agradecendo as palavras do Deputado Péricles, muito bem ditas aqui, o Deputado Ricardo Chab faz uma ponderação, que na minha avaliação, é extremamente importante. Se está aprovada a comissão, gostaria de apelar, então, a esta Presidência, que nomeasse a comissão, e retiro o meu requerimento para não ser redundante na comissão, que segundo o Deputado Ricardo Chab, já está aprovada pela Casa.

Então, nestas condições...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência retira "a priori" ou "a posteriori"?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Do jeito que Vossa Excelência preferir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado o requerimento.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Quero fazer um apelo ao Deputado Romanelli. Aquilo que abunda, Deputado, não prejudica, não traz nenhum prejuízo. O fato de ser formada a comissão, não tem nada a ver com o fato desse requerimento ser votado. Acho que é uma informação ágil, que vem a esse Plenário, ao mesmo tempo formamos a comissão. E esse é o nosso papel de fiscalização.

Peço ao Deputado Romanelli que não retire o requerimento. Não tem nenhum motivo retirar um requerimento, que é tão simples de ser votado e é tão simples de um Governo sério responder aos Deputados do Paraná.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Só para esclarecer, para acabar com essa dúvida aqui no Plenário, que o Presidente nomeasse os membros, são cinco membros para esse requerimento que apresentei quando da época da instalação da Renault. Ai acaba porque de repente o Deputado colocou que estamos brincando de ser Deputado. Acho que brinca quem quer tudo mastigado; quem não brinca, corre atrás.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Permanece a renúncia do requerimento do Deputado...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, até por uma questão de coerência da minha bancada e em respeito ao Deputado Ricardo Chab, mas gostaria de manter o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Acredito que as colocações do ilustre Deputado de Ponta Grossa e do PT, Deputado Péricles, acredito que está muito mal colocada. Qualquer cidadão que faz uma negociação, existe momentos em negociação em que o sigilo é muito importante para que você tenha o grande resultado.

Gostaria de colocar aqui o seguinte, Senhor Presidente. É natural que no momento em que o Estado do Paraná está negociando diversas empresas para se instalarem no Paraná, é natural que no momento em que o Paraná negociou a Renault e está negociando outras empresas automobilísticas, é claro que tem que se ter o sigilo. Teremos o conhecimento de como foram feitas essas negociações no momento propício, e que no momento não venha prejudicar o Estado do Paraná nas futuras negociações.

Vocês sabem muito bem que estão sendo oferecidos incentivos para que essas empresas se instalem no Paraná. O momento em que se abrir o sigilo e você estar negociando com outras diversas empresas, é claro que essas outras empresas também terão conhecimento das negociações já feitas com as outras empresas.

Acredito que qualquer negociador inteligente, e o Governo do Paraná está sendo inteligente neste momento, e esta colocação em quanto custa ao povo do Paraná a implantação dessas empresas no Estado, estou vendo que esta colocação está sendo feita erroneamente, porque não custa nada ao povo do Paraná. O que trará ao povo do Paraná são benefícios, e se nós Deputados queremos dar a nossa contribuição, acreditamos que temos quer dar esse voto de confiança ao Governador, e no momento oportuno, nós Deputados, teremos conhecimento, e aí não prejudicará as negociações com outras empresas.

Era este o meu encaminhamento, Senhor Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, ouvindo as palavras do nobre Líder do PDT, o Deputado Valdir Rossoni, compreendemos que é necessário ter uma certa prudência quando se trata da tração das empresas, quer multinacionais, ou quer mesmo empresas de outros Estados para o nosso território.

No entanto, não podemos, por mais que queiramos entender a condição de ajudar e contribuir para o processo, renegar a uma das condições máximas que tem esta Casa e a função de Deputado, que é a fiscalização.

É importante para o Governo manter um certo sigilo com relação ao acompanhamento dos incentivos pagos para o Estado do Paraná? É. Reconheço, Deputado Rossoni. Agora, nem por isso podemos deixar de cumprir o nosso mandamento, que é o de fiscalização e acompanhamento, porque trata-se de recurso público. E o recurso público é competência e obrigação nossa.

Para que isso não macule e também não prejudique a imagem desta Casa, em se dizer que não se está fiscalizando, não está cumprindo o seu mandamento constitucional, precisamos, sim, ter conhecimento e que constitua a comissão, e não esperar do Governo a hora propícia para ela encaminhar. Porque a hora propícia, é toda hora, para que possamos fiscalizar as ações do Governo. Não vamos esperar o momento que ele entender, que é o momento que tenhamos os documentos para fiscalizar. Mas a consciência desta Casa, podemos constituir, Romanelli, esta Comissão, fazer o acompanhamento e estar aí, mantendo o nosso compromisso de fiscalização e de acompanhamento das ações de Governo e emprego dos recursos públicos, e estar ao mesmo tempo, contribuindo para que o Governo do Estado do Paraná tenha sucesso na tração das indústrias. E que esses recursos, Deputado Rossoni, Deputado Algaci Túlio, sejam carreadas para o interior do Estado, assim como a sua base eleitoral de outros companheiros, porque só ela se mantendo na Região Metropolitana, vamos ter o inchamento do processo da ocupação demográfica da Região Metropolitana, trazendo maiores problemas e esvaziando o interior do nosso Estado.

Tenho um interesse enorme em conhecer o segredo que o Governo mantém e o segredo que deixou de ser divulgado, o porquê não recebeu o mesmo apoio a Indústria Corona, em Londrina. Sei, pela imprensa, que o incentivo era de 16 milhões de reais, enquanto só para o terreno, o Governo do Estado se dispõe a pagar quatro milhões de reais.

Os incentivos que fará na Renault, o aporte de capital, o incentivo, o estímulo, é para o bom emprego? É financiando? Ora, se vamos financiar 75% do ICMS, no caso da Crysler, são recursos do Banco Estadual, do povo do Paraná. É extremamente importante, que conheçamos, preservando o interesse do Governo.

Por isso, Romanelli, coloco aqui, ao Péricles, que faça parte o PT, e se não estivermos de acordo e não entendermos que os interesses estão preservados à boa ação pública, aí caberá a nós solicitarmos a declaração pública dos fatos.

É essa a contribuição que gostaria de dar à discussão.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, o Governo do Paraná tem se mostrado arredo ao cumprimento das leis de licitação. Basta ver a enxurrada de empresas paraestatais: Paraná Cidade, Paraná

isso, Paraná aquilo, e todos tentando burlar a lei das licitações.

Agora, Deputado Valdir Rossoni, o Senhor me desculpe, mas quando o Senhor invocou aqui a inteligência do Governo do Estado do Paraná nas negociações, quero aqui perguntar aos Senhores Deputados, se alguém acredita que a Chrysler ouve uma oferta do Governador Jaime Lerner e não vai contar lá para o Governador de Santa Catarina, o que está sendo ofertado aqui, em termos de negociação, porque a Chrysler vai lá negociar, vai negociar em São Paulo, vai negociar aonde ela acha melhor ser instalada.

Então, essa forma de negociar escondido, como se o Governo do Paraná negociasse com a Chrysler e ninguém mais pudesse saber disso, isso é mentira. Não estou dizendo que o senhor está mentindo, isso não existe, mas é mentira que a Chrysler esconde, ela não esconde, ela negocia com os outros governadores, ela tenta arrancar o máximo dos subsídios possível! Já que a Chrysler acha por bem negociar com vários Governadores, por que é que os Deputados do Paraná não podem ter informações sobre o andamento dessas negociações, para também tomarmos pé daquilo que vai acontecer no Estado, de quanto é que vamos abrir mão?

E tem mais, queira o Governo do Estado do Paraná ou não, as leis, e principalmente a Lei nº 866, e todas as leis que tratam de isenção, foram feitas para ser cumpridas, para que se tornasse o mais público possível o tratado do Governo com empresas privadas. Se isso dificulta ou não trazer as empresas, particularmente duvido, porque acho que uma negociação, quanto mais aberta melhor é para o Estado do Paraná, porque a população vai saber em que condições ela está sendo feita.

Além da falta de transparência nesse processo, só queria parabenizar o Governador Jaime Lerner, o Governador de Curitiba e da Região Metropolitana, pelas empresas que ele traz para a Região Metropolitana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

Respondendo ao Deputado Chab, a Mesa vai anunciar amanhã, pela manhã, a constituição da Comissão requerida pelo Deputado Ricardo Chab, no dia 26 de março de 96, e aprovado por unanimidade nesta Casa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, na verdade não questione a decisão de Vossa Excelência, de colo-

car em votação, porque pretendo fazer um pronunciamento sobre isso. Porque não é possível, Senhor Presidente, uma coisa só, aceitar a argumentação do nobre Deputado Valdir Rossoni, de que o Governo tenha que manter sigilo de benefícios públicos concedidos, até porque a Constituição exige transparência e publicidade dos atos do Poder.

Isso é tão cristalino que não deveríamos estar discutindo aqui, deveria isso ser público! Porque na França, Senhor Presidente, e isso quero trazer ao Plenário num debate, na França o jornal "Le Figaro", publicou e foi republicado em jornais de circulação nacional, aqui no País, de que o melhor negócio já realizado, em todos os tempos e em qualquer país, foi o negócio que a Renault fez com o Estado do Paraná.

Portanto, não vamos falar em sigilo para bem de negociação, porque não é possível, não é essa a argumentação que deve ser usada, meu estimado amigo Rossoni.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, só gostaria de dizer ao Deputado Rossoni que ele falou em voto de confiança ao Governo do Estado, e nós, nessa votação, votamos a favor da Bancada do Governo e a favor do pedido que fez o Líder do PDT. Mas, gostaria de também pedir um voto de confiança do Governo do Estado para Ponta Grossa e para os Campos Gerais.

Primeiro que, atendendo um pedido de Vossa Excelência, Presidente Anibal Khury, estivemos, por ocasião em que chegava o Governador, desta última e vitoriosa estada em São Paulo, estávamos neste Parlamento e Vossa Excelência sugeriu que fôssemos até o aeroporto receber o Governador, demonstrando a boa vontade do prefeito eleito de Ponta Grossa, e lá o fizemos.

E por ocasião disso, Senhor Presidente, levamos um grupo de futuros Secretários do nosso Governo, e levamos também um empresário da Cidade de São Paulo, que hoje detém a maior fabricação de palitos do Brasil - e que a fabricação começa em Ponta Grossa e termina em São Paulo - levamos para apresentar ao Secretário da Indústria e Comércio do Estado de Paraná, para que o Deputado Nelson Justus pudesse nos receber e começar uma ampla discussão para que essa fábrica, que tem mais de 500 funcionários na Cidade de Itatiba, São Paulo, viesse para Ponta Grossa com a finalização geral dos palitos e que gerasse mais 500 empregos em Ponta Grossa. Para satisfação nossa, o eminente Secretário nos disse no aeroporto que às 14h30min iria nos atender lá no seu gabinete.

E foi o que fizemos. As 14h30min, lá estava a nossa equipe. Levamos o empresário, que é o proprietário dos Palitos Gina; levamos até a Secretaria de Indústria e Comércio. E, para surpresa nossa, Senhores Deputados, como Parlamentar, o Deputado Nelson Justus entrou no seu gabinete pela porta ao lado e não participou da reunião aonde estávamos conversando com técnicos do Governo, e o Secretário não foi nem dar um abraço naquele empresário que ali estava, demonstrando boa vontade em querer trazer emprego para o Paraná.

E os técnicos do Governo nos disseram que o "Bom Emprego", o "Paraná Emprego", não sei bem o que falaram, que na hora todos ficaram bastante preocupados, nos disseram que os incentivos eram aqueles, e teria que estudar.

E esse empresário, que está em São Paulo, que quer vir para Ponta Grossa, porque sentiu que há investimentos acontecendo aqui, traria nada menos, nada mais, que 500 empregos, e 500 empregos. Senhor Presidente, são duas Kaiser em Ponta Grossa, 500 empregos seria a oportunidade do desemprego que está passando o povo de Ponta Grossa.

É justo neste momento fazer este desabafo, e pedir ao nosso Secretário Nelson Justus, que sempre respeitei nesta Casa, que quando um Parlamentar for ao seu gabinete, levar alguém que quer trazer emprego, se ele não puder atender, que pelo menos lhe dê a mão e lhe agradeça por estar lá.

Obrigado, Senhor Presidente.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)** - É só para informar o seguinte: que o Governo Jaime Lerner é um Governo "Hi Tech", como se fosse a instalação de uma fábrica de fio dental, que é moderno para fazer a limpeza dentária após uma refeição, mas o palito é uma coisa antiquada, por isso que o Deputado Jocelito está enfrentando dificuldades.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)** - Senhor Presidente, só queria acrescentar ao debate desta questão que é super importante, e há preocupação de alguns Deputados quanto ao Paraná, por inteiro. Quero dizer que o Governador do Paraná, quando oferece os incentivos a essas empresas para se instalarem no Paraná - até para clarear a mente do ilustre Deputado de Maringá - que ele oferece um estudo de todo o Paraná.

Na questão da Chrysler, o Deputado Algaci Túlio estava presente conosco, quando cobramos como tinham sido feitas as negociações, apresentando o Paraná como um todo. O Governo do Paraná ofereceu um estudo e ofereceu

diversas áreas em cidades como Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Londrina.

Mas não podemos perder uma empresa que queira se instalar no Paraná, porque ela quer se instalar em Campo Largo. Acho que antes de tudo, temos que ser paranaenses - ou estamos querendo - porque se ela não for para Londrina, então que vá para São Paulo. Acho que antes de tudo somos paranaenses, e o Governador Jaime Lerner está agindo corretamente em cima dessa questão, e quanto aos incentivos que estão sendo dados a essas empresas, não queiram colocar na minha boca o que não disse.

Quero dizer o seguinte: que em nenhum momento o Governador do Paraná tem interesse de esconder o que ele negociou. Teremos conhecimento, porque ninguém mais respeita a lei do que o Governador Jaime Lerner, agora, no momento exato e no momento propício.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)** - Queria dizer o seguinte: que voto com esta bancada aqui. Sou situação, não cuspo no prato que como, mas queria dizer o seguinte: está na hora, o Governador Jaime Lerner, tenho conversado muito com o Governador, tenho andado muito o Paraná. Espalharam que o meu Governador é Governador da Capital e da Região Metropolitana.

O que está faltando no Governo do Paraná, é a troca do Secretariado, o Governador Jaime Lerner está sendo mal assessorado. Temos que mudar o Secretariado deste Governo. Porque quando o Governador Anibal Khury assume a Casa, com todo o respeito, é a mesma alegria quando vou lá conversar com o Governador Jaime Lerner. Já participei de várias audiências com ele, não peço audiência a ele, nunca pedi ao Governador Roberto Requião, nem ao Governador Álvaro Dias, não peço, sempre sou chamado no Palácio, vou ao Palácio, não vou pedir emprego, não vou pedir nada, vou pedir recursos para o Paraná. Porque recebi votos em todas as cidades do Paraná. Em nenhuma cidade fiquei sem um voto neste Estado. Onde tive um voto, tenho respeito para com aquele cidadão que votou em mim.

A única coisa que acho, não adianta termos um bom líder, como é o Deputado Algaci, Líder do Governo; não adianta termos o Rossoni; gostei muito do pronunciamento do Deputado José Maria; acho que precisamos é mudar o Secretariado deste Governo. Que a minha voz chegue até o Palácio. Temos que levar o Governo para o interior do Paraná, temos que levar o Governador para Ponta Grossa, para ver os problemas de Ponta Grossa; temos que levar o Governador Jaime Lerner para Londrina, para

ver os problemas de Londrina, como ele viu ontem lá numa reunião, que fui chamado para ir com ele para Londrina, não pude ir, temos que ir para Cascavel, temos que ir para Cornélio Procopio, temos que ir para Foz do Iguaçu, temos que ir para União da Vitória.

Agora, fico magoado com aquilo que disse aqui o Deputado Jocelito Canto. Isso me magoa, porque o Deputado Nelson Justus é meu particular amigo, meu irmão. Agora, marcar uma audiência com o senhor e não receber o empresário, nem passar na sala para cumprimentar, isso é desgastar o meu Governador. Isso é desgastar o Governo do Estado do Paraná. Porque o dia que eu for um Secretário, ele não me atender, arrebento a porta dele, manda chamar a polícia e me tirar para fora.

Sou Governo, respeito o Governador Jaime Lerner, é um grande Governador, como tivemos grandes Governadores no Paraná. Quando Alvaro era Governador, fiz um dos maiores trabalhos de ação social neste Estado. Quando Requião foi Governador, não pedi nada a ele, Romanelli, Vossa Excelência sabe, não incomodei. Quando o Governador Jaime Lerner, estou fazendo um grande trabalho no Paraná, como Deputado, estou fazendo sim, graças à esposa dele, Fany Lerner, tudo que peço, ela tem me atendido. Então, tínhamos que ter todas as "Fany's" em todas as Secretarias do Estado, que acho uma sacanagem, um Parlamentar marcar uma audiência, chegar lá e não ser atendido. O Governador não sabe disso, porque se for o Anibal, ele mete o cara na rua, na hora. Se o Anibal é Governador, como o conheço, ele mete o cara na rua, na hora!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 1288, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Em discussão.

Devo informar a Casa, que o Governo do Estado, não só o Governador Jaime Lerner, como o Governador Roberto Requião, o Governador Mário Pereira, têm dado concessões e facilidades fiscais à essas novas indústrias, baseado numa lei, modestamente de minha autoria, sancionada pelo Governador Roberto Requião, que na sua gestão, segundo artigo do Dr. Eron Arzu, trouxe 38 novas indústrias para o Paraná. O Governador Mário Pereira e o Governador Jaime Lerner estão, embora escondidos, usando esta lei, que é sem dúvida alguma de autoria da Assembléia.

Então, quero dizer aos Senhores Deputados que temos realmente de fiscalizar a aplica-

ção da lei. Seus ajustes fiscais, as facilidades têm sido de acordo com essa lei que é ampla.

Quando levei a lei para o Governador Roberto Requião, o Deputado Caíto é testemunha, pedir a sanção, ele me disse: "você estão dando um cheque em branco para o Governo do Estado". É isso mesmo. Por isso que essas indústrias estão chegando no Estado do Paraná. Temos elementos para combater as facilidades fiscais que os outros Estados têm dado.

O Paraná estava parado, estava morto, e graças à essa lei que a Assembléia deu ao Governador, ao Poder Executivo, que estamos conquistando essas indústrias.

Vou amanhã conversar com as Lideranças, vou indicar e nomear os representantes desta comissão para o acompanhamento, aqui no caso específico da Renault. Mas, recomendo, se houver qualquer dúvida, como há interesse do Estado, o Estado às vezes tem razão que a própria razão desconhece. Recomendo, se for o caso, se as coisas continuarem a se agitar, uma Sessão Secreta da Assembléia, para ouvir aqueles que são responsáveis pelas concessões dessas facilidades estipuladas por lei.

Hoje será realizado um jantar da APASDE, em benefício de entidades sociais.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1266 a 1269, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1270, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1272 a 1276, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1278 e 1279, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1280, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1281, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1282, de autoria dos Senhores Deputados Cezar Silvestri, Anibal Khury, Edgar Bueno e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1283, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1284, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1285, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1289-A, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PÉRICLES MELLO - Gostaria de fazer um convite aos Deputados.

Temos uma reunião da Comissão de Educação da Assembleia para discutir o PROEM. Foram convidados os membros do Conselho Estadual da Educação, do Fórum Paranaense da Escola Pública, da APP-Sindicato, entidades estudantis, e queríamos convidar também os Senhores Deputados.

Estranhamos apenas o fato de que a Secretaria de Educação também marcou uma reunião nesse mesmo horário, para discutir o mesmo assunto, quando essa reunião foi convocada

por ocasião da presença do Secretário no Plenarinho nesta Casa.

Rogo a atenção dos Senhores Deputados para que compareçam a essa reunião de extrema importância sobre o PROEM, hoje às 16:00 horas, aqui na Sala das Comissões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para amanhã, dia 31, às 10:00 horas, em comemoração aos 479 anos da Reforma do Protestantismo, em memória de Martinho Lutero, e culto ecumênico.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 297/96.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 345/95, 107, 174, 402, 403, 405 e 413/96; do Projeto de Lei Complementar nº 432/96 e do Projeto de Lei nº 448/96.

Levanta-se a sessão.